



O COMUM E AS PRÁTICAS INSURGENTES NO PLANEJAMENTO: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA OS USOS DO TERRITÓRIO

Iago Vernek Fernandes¹

RESUMO

A presente proposta de trabalho busca investigar as possibilidades e os limites da insurgência e do comum no planejamento, bem como as convergências e divergências em relação à teoria crítica do espaço. O ponto de partida desta análise se encontra no debate sobre governança e as barreiras institucionais da participação no contexto da cidadania democrática liberal. A partir dos usos do território, pretendemos problematizar as formas de disputa e ocupação do espaço, onde se incluem, para além da dimensão material-funcional, relacionada à tecnosfera, uma dimensão simbólico-afetiva, vinculada ao campo dos sentidos e imaginários: a psicosfera. Privilegiamos nesta investigação o período popular da história, os novos ativismos, a favela como potência e a força criadora de sociabilidade. Nosso percurso metodológico, baseado em procedimentos qualitativos, utiliza a revisão bibliográfica e o levantamento de dados a fim de traçar a origem dos conceitos, suas implicações no planejamento e na formação socioespacial brasileira e, finalmente, as possibilidades de aproximação com as estratégias de enunciação do lugar em movimentos populares da Brasilândia, zona Noroeste de São Paulo (SP), inseridos em espaços de ação inventados e convidados.

Palavras-chave: Planejamento insurgente, Comum, Território usado, Enunciação do lugar, Brasilândia.

RESUMEN

Esta propuesta de trabajo busca investigar las posibilidades y los límites de la insurgencia y lo común en la planificación, así como las convergencias y divergencias en torno a la teoría espacial crítica. El punto de partida de este análisis reside en el debate sobre la gobernanza y las barreras institucionales a la participación en el contexto de la ciudadanía democrática liberal. A partir de los usos del territorio, pretendemos problematizar las formas de disputa y ocupación del espacio, que incluyen, más allá de la dimensión material-funcional relacionada con la tecnosfera, una dimensión simbólico-afectiva vinculada al ámbito de los sentidos y la imaginación: la psicosfera. En esta investigación nos centramos en el período popular de la historia, las nuevas formas de activismo, la favela como fuerza poderosa y la fuerza creativa de la sociabilidad. Nuestro enfoque metodológico, basado en procedimientos cualitativos, utiliza la revisión bibliográfica y la recopilación de datos para rastrear el origen de los conceptos, sus implicaciones para la planificación y la formación socioespacial brasileñas y, finalmente, las posibilidades de abordar las estrategias para la enunciación del lugar en los movimientos populares de Brasilândia, región noroeste de São Paulo (SP), insertos en espacios de acción inventados e invitados.

Palabras clave: Planificación insurgente, Común, Territorio usado, Enunciación del lugar, Brasilândia.

¹ Mestrando do curso de Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC - UFABC, iago.vernek@ufabc.edu.br;

INTRODUÇÃO

A globalização representa uma mudança significativa no capitalismo, sobretudo a partir da década de 1970, quando o controle dos fluxos por grandes empresas conduz ao planejamento corporativo do território (Silva e Teixeira, 2019). Após décadas de intervencionismo estatal, a guinada neoliberal reafirma o imperativo da racionalidade técnica e abstrata no planejamento (Randolph, 2008), o qual, segundo autores como Escobar (1995), Santos (2003), Swyngedouw (2009), Ribeiro (2013), Miraftab (2015) e Davoudi (2018), tem sido um instrumento indispensável à manutenção do atraso dos países subdesenvolvidos e ao agravamento de disparidades sociais, sobre as quais se apoiam a governança e a participação. Assim, utilizando novos mecanismos de controle e alienação, o neoliberalismo, como projeto fortemente ideológico, alcança o poder hegemônico sobretudo através do consentimento e das percepções de inclusão dos cidadãos (Miraftab, 2009).

Ao contrário do que se afirma no âmbito dos organismos multilaterais internacionais², as políticas de desenvolvimento se tornaram dispositivos tecnodiscursivos para legitimar o domínio dos países do Sul pelo Norte global (Escobar, 1995). Enquanto se amplia a violência e a concentração da renda nos grandes centros urbanos, o Estado renuncia de suas funções de planificação e proteção social, privilegiando o suporte à expansão das lógicas monetaristas. Nesse sentido, embora o planejamento “tenha criado novas capacidades de conhecimento, também implicou uma maior perda de autonomia e o bloqueio de diferentes modos de saber” (Escobar, 1995 p. 37). Neste período que é uma crise, como afirmou Milton Santos (2000), marcado por problemas de ordem econômica e política, mas caracterizado sobretudo por uma crise societária³ (Ribeiro, 2006), “o planejamento está se defrontando com sua própria crise de identidade e legitimidade” (Miraftab, 2016 p. 363). Conforme Souza (2002 p. 55),

² O crescimento econômico dos países subdesenvolvidos, prescrito como receituário pelo FMI e Banco Mundial, envolveu “um compromisso com o desenvolvimento capitalista; a contenção do nacionalismo; e o controle da esquerda, da classe trabalhadora e do campesinato” (Escobar, 1995 p. 33). Assim, “a pobreza massiva no sentido moderno só apareceu quando a propagação da economia de mercado quebrou os laços comunitários e privou milhões de pessoas do acesso à terra, água e outros recursos” (Escobar, 1995 p. 22).

³ Como tratado por Ribeiro (2006, p. 24), a crise societária corresponde “à fragilização dos processos de socialização e, portanto, de orientações institucionais relacionadas à tessitura das interações sociais, ao compartilhamento de valores e, inclusive, ao uso dos mesmos códigos na comunicação diária. [...] Carros blindados, aparelhos de vigilância, aumento da população carcerária, expansão da segurança privada, grupos de extermínio, corrupção policial, sobrecarga de imagens alienadas e alienantes, lutas territoriais do tráfico de drogas, domínio das áreas populares por milícias e “donos do pedaço” e, como resultado, a desvalorização da vida”.



cada vez mais o Estado abre mão de seu papel regulatório, substituindo largamente o planejamento por imediatismo mercadófilo, sintomático de uma tendência perigosa: a de aplicação da lógica “gerencial” privada para o espaço urbano, esvaziando a dimensão política ou subsumindo-a perante uma racionalidade empresarial.

O desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista (Smith, 2008) não foi capaz, porém, de frear o levante popular contra as políticas privatistas, um revide ao planejamento do subdesenvolvimento (Santos, 2003) e à modernização da pobreza (Escobar, 1995). Em contrapartida à cidade neoliberal (Ribeiro, 2006), o espaço banal (Santos, 1996) aponta caminhos para uma cidade efetivamente inclusiva e democrática, podendo levar a um outro planejamento e, assim, a uma outra globalização. É fundamental resgatarmos os usos do território (Santos, 1996) vinculados à comunicação ascendente (Silva, 2010; Pasti, 2021), carregada de ações essencialmente políticas, apesar de não se resumirem a formalismos jurídicos e organizações institucionais (Ribeiro, 2006). Nesta insurgência,

que tanto pode ser explosiva quanto surda e cotidiana, conjugam-se identidades apenas esboçadas e valores tradicionais; ação organizada e ação espontânea: conquista de territórios e movimentos culturais; táticas de sobrevivência e indignação pela morte de crianças e jovens; ação isolada e fenômenos de multidão; sensibilidade e razão (Ribeiro, 2006 p. 220).

Em meio ao território usado e praticado (Santos, 1996; Ribeiro, 2009), qualificamos a insurgência a fim de alargar o entendimento do planejamento para incluir práticas que não se limitam aos espaços de ação convidados, evidenciando a importância dos espaços de ação inventados (Miraftab, 2009). Em consonância, ressaltamos a importância do comum no envolvimento efetivo da população em espaços de decisão para que não haja sobreposição de poderes entre os diferentes agentes planejadores (Dardot e Laval, 2015). Embasado nos princípios de autogoverno e não-apropriação, o comum pressupõe que a sociedade civil detenha o controle em relação ao público e crie mecanismos para impedir a concentração do poder exclusivamente nas mãos do Estado (Bianchi, 2023 p. 2121).

O ponto de partida desta análise se encontra no debate sobre governança e as barreiras institucionais da participação no contexto da cidadania liberal. Os termos ganham força na década de 1990 com a mobilização de um arranjo institucional que envolve esferas formais e informais, políticas públicas e gestão privada, resultando na produção de um conjunto de consensos que "evacua o propriamente político do plano de imanência que sustenta qualquer intervenção política" (Swyngedouw, 2009). Deparamos com um novo paradigma, onde “o conflito de visões ideológicas [...] é substituído pela colaboração de tecnocratas esclarecidos” (Swyngedouw, 2009 p. 609). Apesar de compor estratégias ainda em vigor no horizonte dos movimentos sociais, raramente estes aparatos institucionais culminam em esforços para



garantir informações compartilhadas, metas e políticas definidas, recursos fiscais alocados e programas operados em conjunto e acordo aos anseios da população (Arnstein, 1969).

No Brasil, com a redemocratização iniciada em 1985, a exigência de protagonismo popular voltou a fazer parte das pautas relativas ao planejamento. Este processo está relacionado às lutas históricas de movimentos sociais, sindicatos, associações de moradores, comunidades eclesiais de base, ativistas e intelectuais por ampliação de direitos. Diferente das antigas intervenções estatais de cunho higienista, como a Reforma Passos no Rio de Janeiro (1902-1906) e o Plano de Avenidas em São Paulo (1920-1930), surge uma outra concepção de reforma urbana que não se reduz ao desenho urbanístico, reunindo diversas bandeiras no Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU), fundado em 1987 (Saule Jr; Uzzo, 2009).

Após profundas contribuições nesta agenda⁴, uma série de fatores comprometeram a atuação do FNRU: pressão fundiária, cooptação de lideranças, dificuldade de articulação das esferas federativas, precarização do trabalho e crise dos movimentos sociais ou mesmo "a concentração dos esforços na elaboração de planos diretores progressistas, acompanhada de um certo truncamento de alguns debates relevantes" (Souza 2002 p. 161). Como salienta Maricato (2011, p. 27-28), "podemos dizer que os movimentos ligados à Reforma Urbana 'bateram no teto', isto é, estão fragmentados e muitos desmobilizados".

O presente artigo busca investigar as possibilidades e os limites da insurgência e do comum no planejamento, bem como as convergências e divergências em relação à teoria crítica do espaço. A partir dos usos do território, pretendemos problematizar as formas de disputa e ocupação do espaço, onde se incluem, para além da dimensão material-funcional, relacionada à tecnosfera, uma dimensão simbólico-afetiva, vinculada ao campo dos sentidos e imaginários: a psicosfera (Santos, 1996; Haesbaert, 2023). Privilegiamos nesta investigação o período popular da história (Santos, 2000), os novos ativismos (Ribeiro, 2009), a favela como potência (De Souza e Silva & Barbosa, 2013) e a força criadora de sociabilidade (Ribeiro, 2012), tomando como objeto de estudo movimentos populares da Brasilândia, zona Noroeste de São Paulo (SP), inseridos em espaços de ação inventados e convidados (Miraftab, 2009). Abordaremos a comunicação ascendente (Silva, 2010; Pasti, 2021) como estratégia para a enunciação dos lugares (Serpa, 2011), tendo em vista que o planejamento se constrói a partir dos "sentidos das ações (Ribeiro, 2012) promovidas pelas distintas práticas e experiências de intervenção no território, hegemônicas e contra-hegemônicas" (Pasti, 2023 p. 42).

⁴ O FNRU foi fundamental na elaboração dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, bem como na aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), na criação do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades, entre outros debates, discutidos por inúmeros autores.



METODOLOGIA

Nosso percurso metodológico, baseado em procedimentos qualitativos, utiliza a revisão bibliográfica e o levantamento de dados a fim de traçar a origem dos conceitos, suas implicações no planejamento e na formação socioespacial brasileira e, finalmente, as possibilidades de aproximação com as estratégias de enunciação do lugar em movimentos populares da Brasilândia, zona Noroeste de São Paulo (SP). Com ênfase nas teorias e nos métodos do Planejamento Territorial, da Comunicação e da Geografia, o artigo pretende identificar controvérsias e explicações correntes sobre a temática investigada, traçando um panorama geral sobre os espaços de ação inventados e convidados, com foco nos mecanismos de participação popular e controle social do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (SP).

REFERENCIAL TEÓRICO

Na história recente, diversos autores dedicaram esforços para analisar as características e os princípios das ações planejadoras. Em geral, considerando a sua dupla face, prática e teórica, há uma disposição do planejamento em intervir no território por meio de um conjunto de ações sociais politicamente orientadas e tecnicamente assistidas (Pasti, 2023; Ribeiro, 2013), o que envolve racionalizar conflitos e interesses em disputa, mesmo que, por vezes, isso não seja explicitado. No entanto, se existe uma unidade que garante um campo mais ou menos sólido, as diferentes concepções e aplicações refletem a sua multiplicidade. A grosso modo, arriscamos uma divisão em duas correntes: (a) aquelas vinculadas à lógica tecnicista e burocrática do planejamento estatal, arcabouço ideológico das utopias dos especialistas (Vainer, 2007) e (b) um conjunto de propostas alternativas que contrapõem o predomínio do mercado e do Estado, buscando alterar a concentração de poder por meio do reconhecimento de ações contra-hegemônicas, transgressoras e imaginativas (Miraftab, 2009).

Sem a pretensão de resgatar todo o debate realizado em torno deste assunto, pretendemos entender a necessidade de um novo tipo de planejamento, dialogando com as propostas que anunciam um rompimento com a tradicional teorização das suas práticas (Miraftab, 2016). Tal ruptura requer

em primeiro lugar, reconhecer o leque de práticas além das sancionadas pelo Estado e poderes corporativos – nomeadamente as práticas insurgentes; e em segundo lugar, requer descolonizar a imaginação e as possibilidades para o futuro (Miraftab, 2016 p. 364).



O estudo do planejamento como *modus operandi* do capitalismo demanda ainda a focalização do olhar para o território, *locus* da gestão de políticas públicas, das redes e fluxos do capital, da ação social e do cotidiano vivido. Para Raffestin (1993, p. 143), “o território se forma a partir do espaço [...] onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Na mesma linha, Santos (1994, p. 15-16) estabelece que “o que interessa à análise social não é o território em si, mas o uso do território, o território usado”. Superando a visão geométrica do espaço, esta concepção de território aponta o lugar como “o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas” (Santos, 1996 p. 322). Além de congregar fluxos externos, “é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (Santos, 1996 p. 322).

Haesbaert (2023, p. 1) contribui com o debate ao realizar um resgate histórico do conceito de território, que possui em sua origem uma dimensão ligada ao “espaço de jurisdição [...] com uma clara conotação político-administrativa”. Em busca de uma definição mais assertiva, o autor se inspira nas obras do filósofo francês Henri Lefebvre e do geógrafo brasileiro Milton Santos. Santos (1996, p. 256) afirma a importância de considerar o território sendo usado, a partir de duas dimensões: a tecnosfera — que compreende o sistema de objetos, provenientes da artificialização do espaço habitado — associada a uma psicofesfera, que abarca o sistema lógico, “o reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido”. Já Lefebvre estabelece que o espaço pode ser visto como um lugar de encontro, onde “os processos de territorialização se estendem desde a dominação mais explícita e coercitiva até a apropriação num sentido simbólico e afetivo” (Haesbaert, 2023 p. 3).

Renegado por longo período nas ciências sociais, a valorização do espaço, fundamento da teoria destes importantes intelectuais, remete ao próprio resgate do planejamento, “uma resposta tardia à crescente percepção de que o lugar é importante” (Davoudi, 2018 p. 15). Neste debate, o espaço relacional indica que “toda sociedade e cada modo de produção produz seu próprio espaço” (Davoudi, 2018 p. 17 apud Lefebvre, 1974 [1991]) e que “espaço e lugar são produzidos social e culturalmente e a sua produção está impregnada de poder e política” (Davoudi, 2018 p. 18 apud Massey, 2005: 119). Em síntese, o espaço socialmente produzido reflete a luta de classes no território, as diferenças, as hierarquias e as sincronias entre as ações das corporações, dos Estados e dos movimentos sociais, os dinamismos, os fluxos de produção e a própria representação do espaço.



Outra contribuição fundamental para o planejamento vem da abordagem comunicativa, uma crítica ao “processo racional de tomada de decisão na qual especialistas técnicos seguem um ciclo de etapas lógicas para alcançar uma decisão racional otimizada” (Davoudi, 2018 p. 20). Nesta proposta, também denominada de colaborativa ou participativa, “o planejamento assume explicitamente um papel de ‘mediador’ ou ‘tradutor’ entre diferentes esferas de sociedades contemporâneas pluralistas” (Randolph, 2008). O foco passa a ser a interação entre os agentes, a transformação das relações sociais e a construção de consensos. Abandona-se a ideia de um planejamento voltado apenas ao resultado e à eficiência da intervenção, incluindo demandas mais diversas e rompendo com a atribuição exclusiva do Estado, sem negar a presença e as responsabilidades dos planejadores (Healey, 2003).

No período mais recente, surgem outras proposições que destacam, por exemplo, a relevância das instituições nos processos mobilizadores do planejamento (Sorensen, 2018), enquanto certas interpretações “veem o governo municipal como um ‘ponto de entrada’ estratégico para o desenvolvimento de políticas emancipatórias” (Bianchi, 2023 p. 2117 apud Russell, 2019). Alguns autores abordam o papel da escala no entendimento das relações desiguais entre espaço e poder (Smith, 2008 apud Jones III et al.) e há quem realize uma crítica ao modo como o desenvolvimento e a governança têm sido partes da consolidação de uma pós-política ou pós-democracia, onde o confronto de ideias é suprimido em razão de um suposto consenso científico (Swyngedouw, 2009).

Entre os caminhos tortuosos da cidadania democrática liberal, a insuficiência do planejamento colaborativo levou autores como Vainer (2007), Randolph (2008), Miraftab (2009; 2016), Holston (2013), entre outros, a elaborarem uma outra base teórica que possa abarcar não somente os processos legitimados pelo Estado, mas sobretudo a ação direta dos cidadãos. Debruçada sobre situações específicas na África do Sul e nos Estados Unidos da América, Miraftab (2009) enxerga no planejamento insurgente a superação da teoria comunicativa e da democracia representativa. A sua crítica é direcionada à decadência do Estado desenvolvimentista nos países do Sul e do Estado de bem-estar social no Norte Global, o que promoveu “mudanças profundas na definição das responsabilidades e obrigações do Estado em relação aos cidadãos” (Miraftab, 2015 p. 1 e 2). Em seus dizeres,

“enquanto o planejamento participativo envolve cidadãos para participar de decisões por meio de planejadores profissionais e estruturas de participação formalizadas, muitas vezes burocratizadas, o planejamento ‘insurgente’ ocorre quando os cidadãos agem diretamente por meio de práticas de oposição autodeterminadas que constituem e reivindicam espaços urbanos” (Miraftab, 2015 p. 2).



A origem do planejamento insurgente, conforme Miraftab (2016), provém de uma tradição radical⁵, referenciada no "direito de se apropriar (e, portanto, usar) e o direito de participar (e, portanto, produzir) do espaço urbano" (Miraftab, 2015 p. 13). Faz-se necessário rever os canais de participação que envolvem movimentos populares em uma estrutura institucional engessada, a qual legitima o poder centralizado de governos e grandes corporações. Neste contexto, "o planejamento participativo serve como um álibi para decisões elitistas e conduzidas pelo setor privado" (Miraftab, 2015 p. 16). Por outro lado, a insurgência promove um avanço na teorização do planejamento

“para incluir não apenas formas selecionadas de ação dos cidadãos e de suas organizações sancionadas pelos grupos dominantes [...]; mas também as insurreições e insurgências que o Estado e as corporações sistematicamente buscam colocar no ostracismo e criminalizar” (Miraftab, 2016 p. 368).

Incorporando a crítica ao enviesamento que sustenta a estrutura representativa, com base em Dardot e Laval (2015), Bianchi (2023) define o comum enquanto um princípio político, uma estratégia de contestação à racionalidade neoliberal, ao regular diferentes aspectos da sociedade, entre os quais o Estado. A autora enfatiza a importância de um novo direito do comum, fundado na participação ativa e contínua dos sujeitos, para além dos bens comuns - práticas institucionais alternativas à propriedade privada e estatal. Não seria suficiente, porém, o retorno ao planejamento estatal burocratizado, que centraliza as decisões, mas a criação de uma nova forma que permita à sociedade civil controlar a gestão dos bens e serviços: “a comunização do público”.

Esta breve síntese da origem das teorias da insurgência e do comum e suas implicações no planejamento, fornece elementos para um debate mais aprofundado, à luz da formação socioespacial brasileira e do território usado e praticado (Santos, 1996; Ribeiro, 2009), sobre as estratégias de enunciação do lugar (Serpa, 2011). Ao mesmo tempo em que buscamos qualificar as teorias do comum e do planejamento insurgente a partir da realidade social e do cotidiano vivido no Sul global, cabe evidenciar a “emergência de novos movimentos de jovens moradores das periferias urbanas, notadamente ligados à cultura e à arte [...] que vão além da política de resultados” (Maricato, 2011 p. 92).

⁵ O sentido de “radical” utilizado em geral na bibliografia de planejamento urbano estadunidense, utilizada para se referir a movimentos civis e políticos, é distinta da forma com que a noção é empregada para os movimentos sociais e na literatura brasileira. A tradição radical no planejamento estaria associada a organizações que trabalham com a transformação social de forma ampla, a partir do trabalho de base, de mobilização da sociedade a partir da transformação e politização das pessoas (Tanaka, 2017).



Seria possível abranger a complexidade das intervenções sociais realizadas nos lugares, para além da escala do planejamento feito pelo Estado e controlado pelas grandes corporações? Como incorporar as práticas insurgentes ao planejamento, sem cair nos tentáculos da governança e da participação institucional? Há luz no fim do túnel da democracia e da cidadania liberais? Quais os meios de superar o poder dos grupos dominantes que definem as práticas e experiências sancionadas e aquelas criminalizadas ou colocadas no ostracismo? É possível comparar teorias e processos realizados em diferentes contextos e estágios do capitalismo? Essas perguntas seguem em aberto, diante de muitos avanços teóricos realizados, dos quais partimos para apontar algumas considerações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

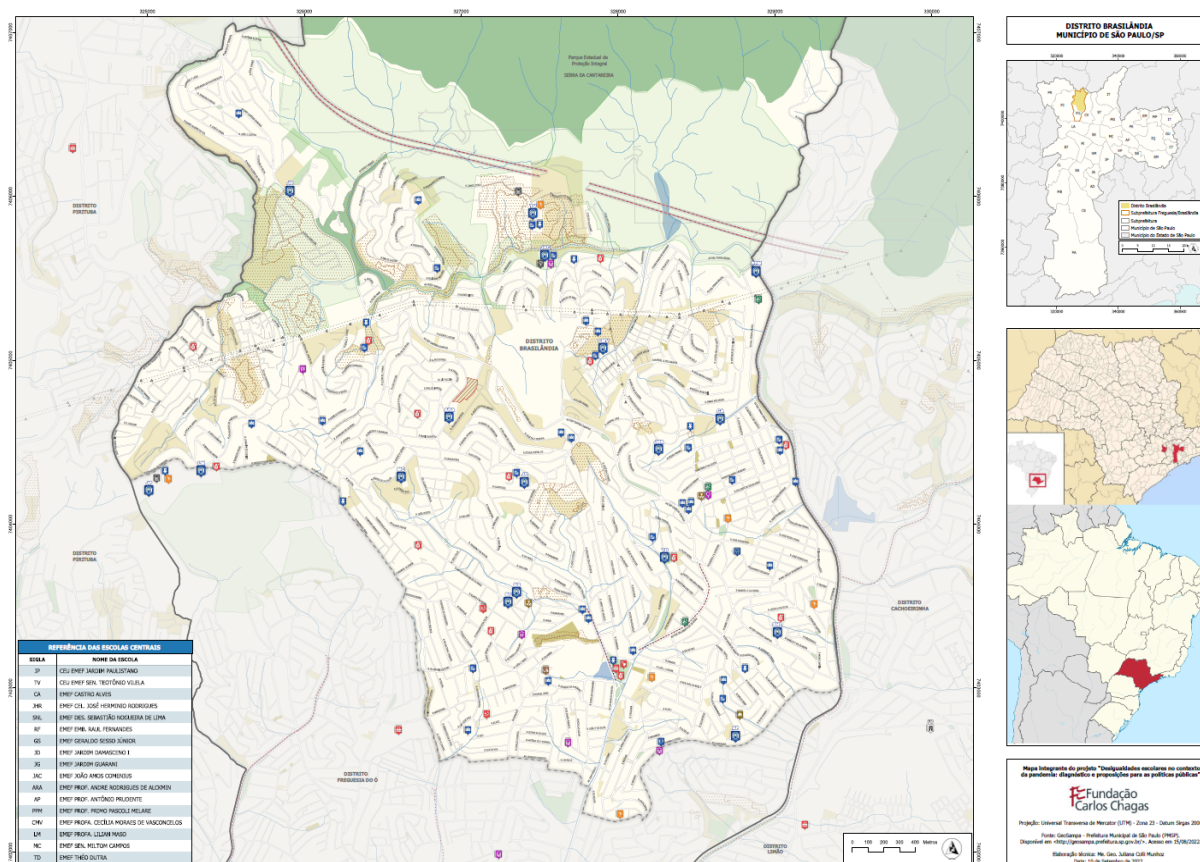
A formação do território brasileiro, resultante da divisão do trabalho empenhada ao longo dos séculos XX e XXI, separou os espaços aptos a receber investimentos, em detrimento daqueles onde faltam condições técnicas ou motivações econômicas que justifiquem os ensejos capitalistas. Os lugares que acumulam infraestrutura e redes de transporte e comunicação, atraindo atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização, seriam espaços luminosos, onde há, por isso, uma densidade técnico-informacional⁶. Em oposição, os subespaços periféricos onde tais processos estão ausentes, os espaços opacos (Santos, 1996). Nessas áreas, sobrevive uma população que cria formas alternativas de sociabilidade e táticas de sobrevivência (Ribeiro, 2009), onde se pode identificar uma densidade comunicacional (Santos, 1996).

Resultado do choque de múltiplas forças empreendidas no território brasileiro, o planejamento acompanhou no fim do século XX a chegada do paradigma gerencial, introduzido com a financeirização da economia e a modernização da infraestrutura de transportes e comunicações. Neste contexto, implanta-se o planejamento estratégico, responsável pelo desmonte do Estado desenvolvimentista em detrimento de um Estado facilitador dos grandes projetos capitalistas. As cidades se lançam à “guerra dos lugares” (Santos, 1996), vendendo-se em um mercado internacional, fiscal e imobiliário, a fim de atrair investimentos externos. Acentua-se demasiadamente a ingovernabilidade do território. Um

⁶ A densidade técnico-informacional se daria pelo grau de conteúdo informacional presente em cada fração do território, indicando o grau de exterioridade de um lugar, já que as ações modernas se projetam no espaço como verticalidades, ignorando o seu entorno. Já a densidade comunicacional estaria relacionada às dinâmicas do lugar, às horizontalidades e ao “tempo plural do cotidiano compartilhado, o tempo conflitual da co-presença” (Santos, 1996, p. 203).

Neste contexto, renova-se o comando entregue à capital paulista no século XX por conta da concentração industrial e populacional, devido à importância atual da informação e das finanças. A urbanização e metropolização de São Paulo resulta, porém, de uma modernização incompleta, onde “se justapõem e se superpõem traços de opulência, devidos à pujança da vida econômica e suas expressões materiais, e sinais de desfalecimento, graças ao atraso das estruturas sociais e políticas” (Santos, 1990 p. 13). À escassez financeira se junta o empobrecimento devido à má organização do território pelo poder público (Santos, 2007). Em meio a diferentes temporalidades inscritas nos lugares, há, sobretudo, uma fragmentação generalizada no âmbito do cotidiano e da reprodução capitalista da sociedade (Seabra, 2004).

Mapa 1. Distrito da Brasilândia, zona Noroeste de São Paulo (SP)



Fonte: Fundação Carlos Chagas

Nas margens da capital paulista, o distrito da Brasilândia (mapa 1) abrigou parte da população removida dos cortiços do centro da cidade, além de migrantes vindos de outras regiões do estado, do país e do mundo (Bischain, 2021). Loteada a partir de 1947, a partir do desmembramento de um sítio pertencente à família Bonilha, a área ocupada por plantações de cana de açúcar foi também um local de resistência das pessoas escravizadas que fugiam em direção à Serra da Cantareira, formando quilombos no alto dos morros (Bischain, 2021). Seu nome homenageia Brasília Simões, comerciante que liderou a reforma da igreja Santo Antônio, em substituição a uma antiga capela, sendo um dos poucos marcos históricos preservados na paisagem. Por ali surge, em 1971, a Sociedade Rosas de Ouro, tradicional escola de samba, bem como a Black Mad, uma das festas da cena de bailes black dos anos 1970, e o Terreiro Santa Bárbara, fundado por Mãe Manaundê e tombado em 2019 como patrimônio histórico do estado de São Paulo, configurando-se como uma referência de rito Angola e tradição bantu, sendo o primeiro terreiro de Candomblé a ser registrado em cartório no Brasil, com o nome de Tenda Espírita Oiá Dilê, em 1962 (Condephaat, 2021)⁷.

Neste espaço urbano periférico, a especulação imobiliária e a falta de efetividade das políticas de moradia, saneamento, transporte e preservação ambiental têm levado a população pobre a sobreviver em habitações precárias, à beira de córregos, becos e escarpas de morros, onde o risco de alagamento e deslizamento de terra é constante. A urbanização que suprimiu os rios, atropelados pelo tráfego de automóveis, tomou também a maior parte da Mata Atlântica. As ruas de terra, aos poucos, foram asfaltadas, facilitando o transporte de carga das pedreiras e olarias, instaladas entre as colinas da região. Com a explosão populacional da metrópole na década de 80, novos bairros surgem de modo clandestino e auto-organizado, expondo a necessidade da população pobre buscar solução à falta de moradia e de melhorias urbanas (Teixeira et al., 2005). Como reitera Ferrara et al. (2019 p. 809),

ao longo desse processo, a valorização imobiliária e o aumento do preço dos aluguéis foram constantes, com raros momentos de estabilização. Verificaram-se, também, a expansão e o adensamento dos assentamentos precários – como cortiços, favelas, loteamentos irregulares – e, desde meados dos anos 1990, o aumento das ocupações de edifícios em áreas centrais e infraestruturadas, cujos distritos apresentavam uma grande quantidade de imóveis vacantes ou abandonados.

Atualmente, vivem na Brasilândia quase 240 mil habitantes, dos quais 50,6% se declaram pretos ou pardos e 24,7% residem em favelas, sendo um dos distritos mais populosos (7º), com maior presença negra (13º) e quantidade de favelas (2º) da capital

⁷ Disponível em <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/terreiro-santa-barbara>. Acessado em 04 de abril de 2025.



paulista (Rede Nossa São Paulo, 2024). Dentre os 96 distritos do município, considerando os dados do Mapa da Desigualdade 2024 sobre saúde, educação, moradia, transporte, segurança e renda, a Brasilândia possui o pior índice de qualidade de vida, com desempenho abaixo da média em 28 indicadores, como segurança pública (88ª posição), oferta de emprego formal (93ª posição), gravidez na adolescência (92ª posição), remuneração média mensal do emprego formal (92ª posição), acesso à internet móvel (87ª posição), acesso a transporte de massa (75ª posição) e equipamentos públicos de cultura (63ª posição).

As más condições de vida urbana na Brasilândia acompanham uma piora na sociabilidade em regiões metropolitanas brasileiras, onde “congestionamentos infundáveis, poluição do ar e da água, violência, especulação imobiliária e aumentos dos aluguéis acima da inflação são alguns dos temas que impõem aos trabalhadores um cotidiano de sofrimento” (Maricato, 2011 p. 19). Enquanto isso, seja por desconhecimento das leis ou articulações corporativistas, a função social da cidade e da propriedade seguem sistematicamente desrespeitadas. A cidade ilegal é a regra (Maricato, 2011). Associado ao planejamento hegemônico, o imaginário urbano⁸ (Silva, 2002; 2014) vai sendo moldado

(1) pelo império da lógica do consumo em substituição ao princípio da cidadania; (2) pela predominância do city marketing e do ideário da competitividade [...]; (3) pela imposição de “consensos” passivos, a partir da gestão empresarial das cidades; e (4) pela segregação socioespacial tratada como virtude [...] (Pasti, 2023 p. 48).

A fim de exemplificar a relação entre a legislação urbana e os usos do território, analisaremos os mecanismos de participação popular e controle social do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (SP), os quais envolvem instâncias — (1) Conferência Municipal da Cidade de São Paulo, (2) Conselho Municipal de Política Urbana, (3) Câmara Técnica de Legislação Urbanística, (4) Comissão de Proteção à Paisagem Urbana e (5) Conselhos Participativos — e instrumentos de participação, tais como (1) reuniões temáticas abertas (habitação, meio ambiente, mobilidade urbana e desenvolvimento econômico e social), (2) oficinas presenciais, (3) iniciativas populares de planos e projetos de desenvolvimento urbano, bem como de projetos de lei, plebiscito e referendo, (4) audiências públicas, além das plataformas “Participe Mais”, “Plano Diretor SP” e “Gestão Urbana”, cuja finalidade é promover um canal online de contribuição e acesso à informação. Compõem ainda esta complexa estrutura o Fundo De Desenvolvimento Urbano (FUNDURB) e o Sistema

⁸ Os imaginários urbanos são as imagens coletivas feitas da cidade (Silva, 2002), a partir do “processo de criação incessante e indeterminada, com base social-histórica e psíquica, de figuras, formas e imagens a partir das quais se faz sentido do mundo” (Assis et al., 2021). Como a cidade se faz também por suas expressões, é através do imaginário, da mentalidade, que o urbano se constitui (Silva, 2014).



Municipal de Planejamento Urbano, onde são tratados (1) o Plano Plurianual (PPA), (2) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), (3) a Lei Orçamentária Anual (LOA), (4) a Lei de Parcelamento do Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), (5) os Planos Setoriais de Políticas Urbano-Ambientais, (6) os Planos de Bairro, além do (7) Plano de Metas e dos (8) Planos Regionais das Subprefeituras.

Sem a pretensão de analisar cada uma dessas instâncias e ferramentas de participação, cabe afirmar que, apesar do objetivo de alcançar um processo participativo amplo, democrático e transparente, as atividades do PDE seguem formuladas em torno de uma linguagem jurídica pouco acessível, concentradas na Câmara Municipal, na região central, com pautas e metodologias desenhadas por técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), além de forte influência política de vereadores e membros do executivo. No caso da Brasilândia, o diálogo institucional tem sido quase sempre mediado pela vereadora Sandra Santana (PSDB), herdeira de um tradicional curral político no distrito. Passa por seu gabinete desde a realização de campeonatos de futebol de várzea até a instalação do futuro Parque Morro Grande, entre outros assuntos.

Desde a aprovação do último plano diretor, em 2014, durante a gestão de Fernando Haddad, apesar dos números expressivos divulgados pela Prefeitura de São Paulo⁹, houve pouca participação qualificada da população nas decisões relativas ao planejamento urbano da Brasilândia, da região Noroeste e do próprio município. Em 2016, o território recebeu a VII Conferência Municipal da Cidade de São Paulo, com o objetivo de revisar o Plano Regional da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia. A reunião ocorreu no CEU Paulistano, sendo a única atividade realizada, desde então, no distrito da Brasilândia com a finalidade participativa no planejamento. No âmbito da revisão do PDE — iniciada em 2021, na gestão Bruno Covas, e finalizada em 2023, na gestão Ricardo Nunes — todas as etapas de participação popular não chegaram na região. Em 2022, ocorreu na Casa de Cultura da Freguesia do Ó – Salvador Ligabue a Oficina Presencial para Revisão do PDE na Região da Subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia. Em 2023, o CEU Freguesia do Ó abrigou a Audiência Pública Regional. Por fim, em 2025, ocorreu a Oficina Participativa dos Planos de Ação da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia, no bairro Vila dos Andrades, pertencente ao distrito da Cachoeirinha.

⁹ Segundo dados da prefeitura, em 2013, quando foi realizado o processo de elaboração do PDE, foram recolhidas 10.147 contribuições, sendo 5.684 por canais presenciais e 4.462 de forma digital.

Figura 1. Contribuições da Oficina Presencial para Revisão do PDE na Região da Subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia

ORDENAMENTO TERRITORIAL	PATRIMÔNIO CULTURAL
"Recursos financeiros para manutenção de projeto que trabalha com dependentes químicos em situação de rua."	"Morro Grande não tem centro cultural."
"Casa de cultura Vila (não identificado), posto de saúde (não identificado), creche (não identificado) até rua Rio Verde."	"Estrutura deficiente não atende a demanda da comunidade."
"Oferecer cursos de capacitação empreendedora com linguagem acessível."	"(Não identificado) lazer na Freguesia."
"Desenvolvimento de zeladoria na região da subprefeitura aumento de equipes."	"Falta de manutenção de jardins e praças ao redor da casa de cultura."
"Transporte é o problema da nossa região."	"Falta cultura, moradia, trabalhos. Praça 25/11 (não identificado) para criança mato alto."
"Mais policial nas escolas. Asfaltar as ruas que estão cheias de buracos na (não identificado) e rua e melhorar saúde pública."	"Tirar carnaval na matriz."
"Segurança para poder ir e vir, sair à noite sem medo. Oportunidades para jovens aprendiz para o primeiro emprego. Oportunidades de empregos em geral."	"Tombamento dos equipamentos públicos cultural da Pedreira Morro Grande."
"Segurança."	"Criação do Parque Morro Grande Freguesia do Ó Brasilândia e preservação do antigo cinema e capela Santa Clara de Assis ali existentes desde os anos 40"
"Mais empregos, mais oportunidades, cursos, prioridade para jovem (não identificado) tudo pago."	"Ampliação, adequação e reforma geral da casa de cultura Salvador, Ligabue Freguesia do Ó."
"Policimento efetivo e com qualidade."	PROPOSTAS
"Falta segurança. Morro Grande muitos assaltos nos pontos de ônibus."	"Preservação de patrimônio cultural (regulação da área envoltória da Freguesia do Ó). Projeto encaminhado ao DPH/ CONPRESMUL."
Proposta: melhoria urbana Brasilândia, limpeza constante, muito esquecimento."	"Propostas: construção de barreira para contenção de enchente, criação parques municipais na borda da cantareira, ônibus circular estudantes para aula prática em parques da Zona Norte."
"Ausência de apoio estrutural da assistência social para as casas de acolhida não convênios."	"Plano de proteção e ordenamento da paisagem na cidade. Referências históricas/ culturais e ambientais que podem e devem coexistir com o crescimento e desenvolvimento da cidade, como modernidade, como já existem em outras cidades. No meu bairro defendemos a preservação da paisagem/ vista do Ó como patrimônio/ identidade/ referência visual que valoriza o mobiliário, urbano e a qualidade ambiental do bairro."
"Bonificações para as empresas, para quem contratar os jovens (primeiro emprego) e menos impostos para as empresas contratarem as pessoas acima de 50 anos."	

Elaboração do autor / Fonte: Planilha de sistematização SMUL processo SEI nº 6068.2022/0008207-4

Na prática, os mecanismos de participação popular e controle social das políticas de planejamento urbano do plano diretor estratégico (PDE) de São Paulo (SP) são tão complexos quanto ineficientes, revelando o formato engessado e pouco efetivo dos espaços de ação convidados (Miraftab, 2009). Em meio às constantes propostas e reclamações dos populares, muitas registradas em atas (figura 1), as políticas urbanas seguem cooptadas por agentes imobiliários e os mecanismos de participação popular e controle social são submetidos a situações que dificultam a atuação da sociedade civil, sobretudo nas periferias. Ao mesmo tempo, a urbanização corporativa e fragmentada (Santos, 2008) ganha profundidade com a chegada de um planejamento estratégico que preza pela gestão financeira¹⁰, orientando a governança urbana “para a oferta de um ‘ambiente favorável aos negócios’ e para a elaboração de todos os tipos de chamarizes para atrair esse capital à cidade” (Harvey, 2009 p. 180). Apesar do esforço de alguns técnicos bem intencionados,

¹⁰ Se planejar sempre remete ao futuro. [...] tentar prever a evolução de um fenômeno, [...] gestão remete ao presente. [...] administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas (Souza, 2002 p. 46). Desse modo, “como a gestão significa a rigor a administração dos recursos e problemas aqui e agora, operando, portanto, no curto e no médio prazos. o hiper privilegiamento da idéia de gestão em detrimento de um planejamento consistente representa o triunfo do imediatismo e da miopia dos ideólogos ultraconservadores do mercado livre” (Souza, 2002 p. 31).



o planejamento passa a ser sumariamente uma atividade intelectual de elaborar planos. Os órgãos públicos destinados ao planejamento urbano assemelham-se a institutos de pesquisas, compostos por profissionais afastados [...] dos problemas reais das cidades (Villaça, 1999 p. 184).

Evitando análises ingênuas e fatalistas, estamos de acordo com Ribeiro (2009, p. 149), para quem “o espaço urbano – além de uma condensação de carências – é também depositário de aprendizados, conquistas e projetos populares”. São justamente nos espaços periféricos que se encontram grupos interlocutores da cidade, capazes de narrar (e desvendar) o lugar e, assim, potencializar os saberes cotidianos e as experiências de um tempo lento. É o caso da Rádio Cantareira, organização fundada na Brasilândia no ano de 1995 em diálogo com agrupamentos sociais de diferentes regiões da capital paulista. Destaca-se ainda o trabalho dos coletivos Quilombaque, Reduto do RAP, Samba do Congo, Sarau da Brasa, Sarau Elo da Corrente, entre outros, os quais, superando adversidades, organizam-se para planejar e gerir seus espaços (e destinos), às vezes com o Estado, às vezes à revelia do Estado e muitas vezes contra o Estado, resistindo (Souza, 2002).

Conforme anunciado por Santos (2000), o período popular da história exige o reconhecimento da ação direta no território, onde impera uma força do lugar (Santos, 1996) ou, como afirma Ribeiro (2012), uma força criadora de sociabilidade. Nesse sentido, o papel ativo da sociedade nos espaços de ação inventados (Miraftab, 2009) e na propriedade e/ou gestão de recursos e serviços, como contraponto ao planejamento estatal cooptado pelo mercado, pode unir as experiências insurgentes e do comum na Europa e no Brasil, uma resposta à virada privatista do Estado (Bianchi, 2023). Ambas as propostas tratam de táticas e estratégias que respondem à privatização dos recursos e serviços, a partir de experiências e saberes vinculados ao cotidiano vivido nos lugares. Pretendemos, do mesmo modo, superar narrativas que consolidam o imaginário urbano da favela e de comunidades periféricas a partir de (a) um cenário de abandono pelo poder público e de (b) sujeitos marcados pela miséria e/ou degeneração social, refletindo o que Barbosa et al. (2018) chama de paradigma da ausência. Por outro lado,

como contrapartida às simplórias classificações de territórios “desprovidos”, “desfavorecidos”, “desprivilegiados”, “pauperizados”, “marginalizados”, “excluídos” ou “carentes”, opõe-se [...] “o poder inventivo” das Periferias — traduzido por Potência, ou pela capacidade de gerar respostas práticas e legítimas, as quais se configuram como formas contra hegemônicas de vida em sociedade (Barbosa et al., 2018 p. 9).

Diante das amarras institucionais e do imediatismo mercadológico, cabe ressaltar ainda os perigos do ativismo acomodatório, estimulado pela efervescência consumista, resultado da monetização de todas as relações sociais (Ribeiro, 2006). Em oposição a estes



ativismos espetaculares (Ribeiro, 2012), que acabam produzindo “atos que não ultrapassam a preservação (ampliada) do já existente” (Ribeiro, 2009 p. 154), ressaltamos a agenda dos novos activismos insurgentes. Apesar de compor um campo político de difícil conceituação, com fronteiras indefinidas, tendencialmente antagônico à cidade neoliberal (Ribeiro, 2006 p. 28), “a ação social propriamente dita pressupõe a autonomia dos sujeitos sociais ou a luta por alcançá-la, o que inclui o domínio dos sentidos da ação e a defesa de projetos que podem superar o já existente (Ribeiro, 2012 p. 154). Através da pressão às instâncias políticas, do trabalho comunitário de base e da cultura popular, “a periferia, como cidade clandestina, é uma concessão necessária à falta de direitos à cidade” (Giavarotti, 1999 p. 52).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma vasta bibliografia sobre a urbanização de São Paulo, contemplando os processos de metropolização, periferação e favelização, bem como sobre as políticas e os movimentos que lutam pelo direito à cidade. No entanto, são escassas as pesquisas sobre a Brasilândia e a zona Noroeste de São Paulo (SP). Justifica-se, assim, a importância do olhar crítico sobre as dinâmicas territoriais contemporâneas, cuja busca é desvendar, como sugere Silva (2012), por um lado, (a) as formas de dominação, construídas em torno de racionalidades técnicas, imposição de sentidos de ação portadores de ideologias, produção agenciada da cultura e da modernidade fragmentada e, de outro, (b) os movimentos sociais urbanos, por meio da práxis na história social das lutas populares, da cartografia da ação social, da microconjuntura e das estratégias populares do cotidiano. Como parte desta tarefa, parece frutífera a investigação sobre a inserção do comum e da insurgência no planejamento, em diálogo com o território usado e praticado (Santos, 1996; Ribeiro, 2013).

Enquanto Milton Santos (1996) afirma a centralidade do território a partir de sua ontologia, ressaltando o humanismo concreto, Ana Clara Torres Ribeiro (2013) busca os sentidos da ação planejadora, promovida por distintas práticas e experiências de intervenção no território, hegemônicas e contra-hegemônicas (Pasti, 2023). Nesta dialética do espaço, há lugar para a diversidade de atores e a pluralidade de práticas que envolvem as várias instâncias do planejamento. Por outro lado, entre os autores que se debruçam sobre o comum e a insurgência, tais como Miraftab (2009), Hardt e Negri (2009), Holston (2013) e Dardot e Laval (2015), destaca-se o reconhecimento da ação direta e o papel ativo da sociedade nos espaços de decisão da gestão pública, como contraponto ao planejamento corporativo.



Em meio à complexidade dos problemas abordados, a comunização dos bens e serviços públicos mostra potencial para a superação das relações baseadas no Estado e no mercado. Entretanto, se as instituições estatais devem ser derrubadas, como propõem Hardt e Negri (2009), ou se é possível transformá-las radicalmente, como afirmam Dardot e Laval (2015), são questões em disputa. Há inúmeros desafios estabelecidos nisto, porque "na maioria dos casos em que o poder passou a ser compartilhado, ele foi tomado pelos cidadãos" (Arnstein, 1969 p. 222). Apesar da vasta bibliografia sobre o planejamento, em relação aos conceitos de insurgência e comum, existem poucos trabalhos e muitas controvérsias. Fruto de uma leitura crítica da economia neoliberal, as teorias do comum e da insurgência carecem ainda de aprofundamento em situações geográficas mais amplas e diversas. Se a literatura estrangeira aborda modelos e estágios do capitalismo que diferem dos contextos do Sul global, reconhecemos, porém, o potencial que as propostas oferecem para alargar o horizonte da participação institucional, ao estabelecer uma crítica ao planejamento centrado no Estado ou cooptado pelas empresas. Cabe-nos reposicionar a crítica para a realidade brasileira e latinoamericana, sem perder de vista os casos de fora, como o socialismo municipalista europeu ou a primavera árabe e o conjunto de manifestações recentes nos países do Sul global. Importa ainda refutar as ideologias conservadoras que visam minar a garantia dos direitos sociais, "insistindo, em vez disso, em responsabilidades e obrigações mais amplas dos cidadãos que aliviam as do Estado" (Miraftab, 2016 p. 6). Sem ignorar a função do Estado no planejamento, percebe-se nas teorias da insurgência e do comum o esforço de valorizar e reconhecer as ações dos movimentos populares (Miraftab, 2016).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Maria Luiza; PASTI, André; GARCIA, Isadora. Silenciamentos da luta pelo direito à cidade: representações socioespaciais da Ocupação Vila Soma na mídia. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 56, p. 462-492, 2021. DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2021.2221.

ARNSTEIN, S. R. A Ladder Of Citizen Participation, **Journal of the American Institute of Planners**, 35:4, 216-224, 1969.

BIANCHI, I. The commodification of the public under new municipalism: Commonsstate institutions in Naples and Barcelona. **Urban Studies**, 60 (11), 2116-2132, 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Común. Ensayo sobre la revolución del siglo XXI. Barcelona: **Gedisa**, 2015.



DAVOUDI, S. Spatial Planning: The Promised Land or Rolled-Out Neoliberalism? In: Gunder, M., Madanipour, A. e Watson, V. (eds). *The Routledge Handbook of Planning Theory*. **Routledge Taylor and Francis Group: New York**. pp. 15-27, 2018.

BARBOSA, J., DE SOUZA E SILVA, J., FERNANDES, F. O Paradigma da Potência e a Pedagogia da Convivência. **Revista Periferias**, Rio de Janeiro, Instituto Maria e João Aleixo | UNiPeriferias, 2018. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-da-convivencia>. Acesso em: 16 set. 2025.

ESCOBAR, A. The Problematization of Poverty: The tale of Three Worlds and Development In: Escobar, A. *Encountering Development: the making and unmaking of the Third World*. **Princeton University Press: Princeton**, 1995.

FERRARA, L. N.; COMARÚ, F de A.; GONSALES, T. A. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 807-829, set/dez, 2019.

FERNANDES, E. Estatuto da Cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo? **Revista UFMG**, v. 20, n. 1, 2013.

GIAVAROTTI, D. M. As dialéticas espacial e temporal observadas a partir da periferia metropolitana de São Paulo. **XIII ENANPEGE - A Geografia Brasileira na Ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento**. São Paulo, 2019.

HAESBAERT, R. Território. **GEOgrafia**, vol. 25, n. 55, 2023.

HARDT, M; NEGRI, A. *Commonwealth*. Cambridge, MA: **Harvard University Press**, 2009.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. **GEOUSP – Tempo e espaço** Nº 26, pp 09 - 17. São Paulo, 2009.

HEALEY, P. Collaborative Planning in Perspective. **Planning Theory**, Vol 2, p. 101–123, 2003.

HOLSTON, J. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2013.

MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, **Vozes**, 2011.

MIRAFETAB, F. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. In: “Planning Theory”, Vol.8, p. 32-50; **SAGE Publications**, 2009.

MIRAFETAB, F. Planning and Citizenship In: Rachel Weber and Randall Crane (Eds.) *The Oxford Handbook of Urban Planning*. **Oxford: Oxford University Press**, pp 787- 802, 2015.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v.18, n.3, p.363-377, 2016.

PASTI, André. Território, comunicação ascendente e os meios alternativos, populares e comunitários na Argentina. **Revista Eptic**, v. 23, n. 2, p. 41–64, 2021.



PASTI, A. B. Território usado, imaginários e teorias do planejamento: caminhos de método, in *Psicosfera* [livro eletrônico] : contribuições teóricas a partir de investigações geográficas / organização SILVA, L. P. D. e FRANK, B. J. R. - 1. ed. - Porto Alegre, RS : **Totalbooks**, 2023.

RANDOLPH, R. A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano regional – o caso brasileiro, 2008.

RAFFESTIN, C. [1980]. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2024**. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/>.

RIBEIRO, A. C. T. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. OSAL, Observatório Social de América Latina (Ano VII no. 21 sep-dic). Buenos Aires, **CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais**, 2006.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social: Região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. (org.). *Outro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. 1. Ed. Buenos Aires: **CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais**, 2009.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: ação técnica e espaço, v. 1. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RIBEIRO, A. C. T. O significado conjuntural do planejamento: projetos e interesses. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**, v.3. Rio de Janeiro: LetraCapital, 2013.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M., SOUZA, M. Ad. e SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação, São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica, tempo; razão, emoção. São Paulo: Ed. **HUCITEC**, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2003.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7ª edição. São Paulo: Edusp, 2007.

SAULE JR., N.; UZZO, K. A trajetória da reforma urbana no Brasil. Diálogos, propostas, histórias para uma cidadania mundial, 2009. Disponível em: <http://base.dph.info/pt/fiches/dph/fichedph8583.html>. Acesso em: 28 julho 2022.



SEABRA, O. C. de L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. **Revista Cidades** v. 1, n. 2, 2004.

SERPA, A. Lugar e mídia. São Paulo: **Contexto**, 2011.

SILVA, A. M. B. Círculos de informações e novas dinâmicas do território brasileiro. In: XVI **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 2010, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: AGB, 2010.

SILVA, A. M. B.; TEIXEIRA, S. H. O. Planejamento corporativo do território brasileiro: contribuição geográfica à análise crítica da concessão aeroportuária. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 23, n. 2, p. 242–261, 2019.

SILVA, A. Imaginários Urbanos. Coleção: ESTUDOS/E.173. Tradutor: Mariza Bertoli e Pérola de Carvalho. 2002.

SILVA, A. Imaginários, estranhamentos urbanos. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

SMITH, N. Uneven Development: Nature, Capital, and the Production of Space (3rd edn). **Athens: University of Georgia Press**, 2008.

SORENSEN, A. New Institutionalism and Planning Theory. In: Gunder, M., Madanipour, A. e Watson, V. (eds). The Routledge Handbook of Planning Theory. **Routledge Taylor and Francis Group**: New York. pp. 250 - 263, 2018.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SWYNGEDOUW, E. The Antinomies of the Post-Political City. In Search of a Democratic Politics of Environmental Production. **International Journal of Urban and Regional Research**, 33, 601-620, 2009.

TANAKA, G. Planejamento e Conflitos Sociais: reflexões a partir das lutas urbanas. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO (ENANPUR), 2017.

TEIXEIRA, A. C.; COMARÚ, F. de A.; CYMBALISTA, R. e SUTTI, W. Conflitos em torno do direito à moradia na região central de São Paulo. Rio de Janeiro, Ibase, ActionAid e Ford Foundation, 2005.

VAINER, C. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 105, p.25-31, jul./dez., 2003.

VILLAÇA, F. J. M. **Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil**. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999. Acesso em: 16 set. 2025.